

Jornalismo e etnografia: confluências, discrepâncias e alguns equívocos

Alex Sander Alcântara

Recebido em: 10.06.22
Aprovado em: 14.12.22

Alex Sander Alcântara

Jornalista. Mestre pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (2009). Doutorando na ECA/USP.

E-mail: alexsander.alcantara@gmail.com

Resumo:

O artigo define conceitos para o jornalismo e esclarece o que é etnografia, apontando semelhanças, diferenças e alguns equívocos recorrentes nos estudos de jornalismo que adotam a abordagem antropológica. Nas pesquisas que mantêm um diálogo com a antropologia, “observação participante”, “trabalho de campo” e “etnografia” aparecem como práticas sinônimas. Empregada frequentemente de forma instrumentalizada, etnografia é definida recorrentemente nessas pesquisas como uma “descrição densa” e confundida com a ideia de descritivismo. O artigo parte da premissa de que o jornalismo não se define por uma técnica, mas por uma ética e que a etnografia, definida como método, é o resultado de processos de observação e seleção, associada a um esforço intelectual para compreensão de contextos e arranjos sociais. Diferentemente do jornalismo, no qual os acontecimentos são noticiados e comentados, na antropologia, os fatos etnográficos não existem.

Palavras-chave: Jornalismo. Etnografia. Reportagem.

Journalism and ethnography: confluences, discrepancies and some misconceptions

Abstract:

The article defines concepts for journalism and clarifies what ethnography is, pointing out similarities, differences and some recurring mistakes in journalism studies that adopt the anthropological approach. In researches that maintain a dialogue with anthropology, “participant observation”, “fieldwork” and “ethnography” appear as synonymous practices. Often used in an instrumental way, ethnography is recurrently defined in these researches as a “thick description” and confused with the idea of descriptivism. The article starts from the idea that journalism is not defined by a technique, but by an ethics and that ethnography, defined as a method, is the result of observation and selection processes, associated with an intellectual effort to understand contexts and arrangements. social. Unlike journalism, in which events are reported and commented on, in anthropology ethnographic facts do not exist.

Keywords: Journalism. Ethnography. Reporting

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.
ISSNe 1984-6924

Como o próprio título sugere, este artigo aborda aspectos relacionados à prática jornalística e à etnográfica, com o objetivo de expor similaridades, diferenças e alguns equívocos na aplicação do método etnográfico à reportagem. Prioriza a concepção de que a antropologia pode enriquecer a produção jornalística a partir da etnografia (BIRD, 2005), mas não estabelece hierarquias entre as duas áreas. Existem contrapontos que salientam o inverso: o que o jornalismo pode oferecer ao trabalho do antropólogo (HARRINGTON, 2003).

Ao abordar o jornalismo e discutir métodos e procedimentos da antropologia, pode-se inferir que a análise se concentra no estudo de técnicas. As discussões propostas aqui não salientam a instrumentalização delas; enfatizam exatamente o oposto: partem da concepção de que o jornalismo é uma atividade intelectual (TRAQUINA, 2005; ROSENSTIEL, 2013) cujo ofício não se define por uma técnica apenas, mas por uma ética (BUCCI, 2000).

Há mais de 60 anos Luiz Beltrão, na sua obra clássica *Introdução à Filosofia do Jornalismo*, já sinalizava a multiplicidade das manifestações do jornalismo. Beltrão situa o jornalismo “como uma atividade essencial às coletividades; como uma instituição social que, no mundo moderno, assume posição da mais alta relevância” e que a atividade produz antes de tudo “informação de fatos atuais, correntes” (2003, p. 65). Jornalismo é uma forma de se conhecer o presente, um ofício que se diferencia da atividade de historiador (2003, p. 64). Frise-se que a análise do autor está focada no final da década de 1950, quando havia jornais impressos, rádio e a TV ainda era incipiente no Brasil.

A referência a Beltrão, que apresenta um quadro conceitual abrangente e cuja obra é datada, é essencial por introduzir no Brasil uma perspectiva acadêmica e filosófica - e não apenas técnica do fazer jornalístico. Na análise sobre a comemoração dos 50 anos do livro, Hohlfeldt salienta que a categoria mais relevante destacada pelo autor, do ponto de vista filosófico, é a interpretação. Beltrão defendia que o jornal apresentasse comentários e projeções capazes de orientar o leitor sobre os desdobramentos futuros das notícias. Entendia, contudo, que a interpretação jornalística difere daquela histórica: “Beltrão distingue, então, o jornalismo extensivo, aquele circunscrito à informação de última hora, ao intensivo, jornalismo de profundidade, que transforma um periódico realmente em referencial para decisões as mais diversas” (2010, p. 31). Ao priorizar a perspectiva filosófica, segundo Hohlfeldt, Beltrão enfatiza as implicações éticas em torno do problema da liberdade e da responsabilidade do jornalista (2010, p. 37). Em outras palavras, o jornalismo não é um mero prestador de serviços e

não existe para dar a temperatura de uma avenida, ou o placar das partidas do campeonato paulista, ou a cotação das ações. Ele não foi inventado para isso, embora faça também isso. Ele existe para pôr as ideias em confronto, para realizar o debate público, para suprir os habitantes do planeta das notícias diversas de que eles passaram a precisar para mover-se e tomar decisões na democracia moderna. Existe para narrar a aventura humana no calor da hora, para difundir notícias (BUCCI, 2000, p. 93)

¹ A palavra jornalismo empregada aqui não se restringe a uma atividade ligada exclusivamente aos veículos que compõem a chamada indústria da informação. O termo contempla experiências isoladas de circulação de informação de interesse público.

A partir dessas definições mais genéricas, seis décadas depois, qual o conceito de jornalismo¹ na atualidade, agora que “o jornalismo é mais do que os jornalistas fazem” (ROSENSTIEL, 2013) e “perdeu o poder de regular o debate público” (BUCCI, 2021, p. 32), sintomas que começaram a surgir com o rádio, a televisão e, de forma mais radical, com a internet? O jornalismo se caracteriza como uma atividade discursiva, cujo ofício compreende “um sistema profissional que provê o mercado de informações de discursos (enunciados, argumentos, descrições e relatos)” (GOMES, 2009, p. 11).

O conceito de jornalismo está intrinsecamente ligado ao universo da internet que transformou radicalmente a comunicação social, tornando-a mais “oblí-

qua e onipresente” (BUCCI, 2021, p. 32). No artigo *Reconstruction of American Journalism*, publicado em 2009, no site da *Columbia Journalism Review*, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, Michael Schudson e Leonard Downie Jr. destacam essa mutação: houve uma erosão na forma de coleta e distribuição de informações que antes era concentrada nos jornais tradicionais. Existem atualmente múltiplas formas – amplamente dispersas – de coletar e distribuir notícias. As mídias tradicionais não irão desaparecer no futuro previsível,

mas elas desempenharão papéis reduzidos em um mundo emergente e ainda em rápida mudança do jornalismo digital, no qual os meios de produção de reportagem estão sendo reinventados, o caráter das notícias está sendo reconstruído e as reportagens estão sendo distribuídas em um número e variedade maior de organizações de notícias, novas e antigas. (2009, em tradução própria)

Ao elencar as fases do desenvolvimento do jornalismo (as quatro idades da imprensa, a partir das análises de Bernard Miège), Bucci enfatiza esse processo erosivo das formas tradicionais de produção e distribuição de notícias. Essas mudanças “representam novos desafios para a técnica do jornalismo – e também para sua ética. O maior deles talvez seja o da especialização aliado ao do preparo crítico” (2000, p. 195).

Um conceito-chave parte da concepção de que o jornalismo como instituição democrática (e de cidadania) “é uma vitória da ética” e seu ofício envolve, inevitavelmente, o conflito (...) e “quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar. Aliás, a ética só existe porque a comunicação social é lugar de conflito” (BUCCI, 2000, p. 10-11). A profissão só é viável pela exigência de liberdade de imprensa, mas ser livre é, sobretudo, um dever do jornalista e não apenas um direito (BUCCI, 2009).

O princípio de que uma imprensa livre está historicamente ligada à “construção de regimes democráticos e o jornalismo é mais do que um ofício” (NEVEU, 2005, p. 8), parece ser um consenso entre os pesquisadores da área. No Brasil, no entanto, a falta de uma definição do que vem a ser jornalismo é apontada por Bucci como um dos desafios. O autor elenca três problemas a serem superados: a questão do financiamento ou modelo de negócios; um segundo desafio relaciona-se com as novas tecnologias, que mudaram de modo irreversível a rotina das redações (esses dois primeiros pontos não são uma exclusividade brasileira); e, por último, a ausência de um conceito de jornalismo. Ou pior: há uma diluição conceitual do ofício no Brasil.

Há incompreensões da cultura política brasileira quanto ao lugar da imprensa, uma recorrente intolerância à divergência. Do senso comum à classe política e empresarial, há uma visão asséptica, segundo a qual o jornalismo “costuma ser tacitamente assimilado como uma espécie de dispositivo técnico para difundir informações de interesse geral” (BUCCI, 2016, p. 2). Imbuída nessa concepção está o papel da “boa prática jornalística”, que consiste em ser um difusor técnico neutro que não deve incomodar os interesses dos grupos de poder:

O bom jornalista e o bom veículo jornalístico seriam, portanto, tecnicamente neutros, como um sistema de encanamento impermeável e esterilizado, aptos a conduzir a notícia sem contaminá-la com subjetivismos impróprios. Segundo essa concepção tácita, o ato de contestar com vigor, de duvidar e de difundir a dissidência tem sido visto como distorção a ser evitada, como vício (2016, p. 2)

Bucci lembra que, em outros países, como Inglaterra, França, Estados Unidos, a ideia de uma prática asséptica dos jornais não tem lugar. Nessas democracias, “a imprensa é vista como contrapoder em relação às autoridades públicas e aos grandes interesses econômicos (...) repórteres incomodam, inquirem, investigam, fiscalizam o poder” (2016, p. 3). No Brasil, essa postura é vista como desvio

da profissão.

A diluição do conceito de jornalismo é uma característica brasileira que se materializa, principalmente, na concepção de que a assessoria de imprensa é uma das modalidades técnicas da profissão – o que se constitui uma anomalia se comparado a países de tradição democrática da América do Norte e da Europa. Essa confusão, demonstra Bucci, encontra respaldo no Código de Ética da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e também nas diretrizes do Ministério da Educação que norteiam os cursos de graduação em jornalismo. Ambos os documentos amenizam essa distinção entre jornalismo e assessoria de imprensa “sem sustentação lógica e deontológica”:

O Código de Ética do jornalismo no Brasil repousa sobre um conflito de interesses. Temos praticado o exercício de conciliar duas funções legítimas, dignas, justas e éticas, necessárias à informação da sociedade brasileira, mas que não constituem o mesmo ofício. Jornalismo e assessoria de imprensa são duas profissões diferentes e não podem ser regidas por um mesmo Código de Ética (2009, p. 91)

Ao utilizar entre as referências o artigo de Tom Rosenstiel, *Why we need a better conversation about the future of journalism education?*, publicado em 2013, no site do Poynter Institute, Bucci reforça a crítica que Rosenstiel faz à idolatria da prática que caracteriza a formação do jornalista em muitos cursos. A profissão, segundo Rosenstiel, foi marcada por um “traço de anti-intelectualismo”, uma negação da teoria e, em sentido inverso, uma exaltação da prática.

Entre os quatro eixos que Rosenstiel elenca para os currículos dos cursos de jornalismo o autor defende a inclusão curricular de “uma disciplina intelectual da verificação” que

alguns chamam de evidência e inferência, ou que poderia ser mais bem entendida como empirismo social. É uma abordagem mais consciente, disciplinada e clínica do que aquilo que uma vez foi chamado de conhecimento para relatar, pensar e escrever. A averiguação jornalística é uma maneira rigorosa, numericamente alfabetizada, cética e independente de pensar, da mesma forma como descrevemos o direito, a engenharia e a medicina como jeitos de pensar (2003, em tradução própria)

Rosenstiel ressalta, portanto, uma questão negligenciada nos cursos de jornalismo: a profissão necessita de uma imersão acadêmica. Nesse aspecto, a antropologia, a partir do conhecimento etnográfico, oferece fundamentos teóricos e práticos que podem ser incorporados à reportagem. Tanto o jornalismo quanto a antropologia partem da veracidade – e não da verossimilhança como faz a literatura – para construir formas específicas de produção de conhecimento. Ou seja,

O jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade. A notícia (...) ganha em geral a forma verbal de um enunciado declarativo, de uma descrição ou de uma narrativa sobre eventos reais. A opinião e a análise – espécie de argumentação sobre fatos e sobre a interpretação deles –, subproduto do jornalismo, é também um tipo de ato linguístico essencialmente comprometido com uma pretensão de verdade. Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade. (GOMES, 2009, p. 10 e 11)

A relação entre antropologia e jornalismo remonta ao início do século XX, com o surgimento da Escola de Chicago. Fundada em 1892 nos Estados Unidos, as pesquisas realizadas por essa instituição entre 1915 e 1940, de caráter notadamente interdisciplinar, caracterizavam-se pelo empirismo e pelo interesse por patologias sociais, como crimes, gangsterismo, etc. (COULON, 1995). Os primeiros trabalhos etnográficos da Escola de Chicago, nas duas primeiras décadas do século XX, foram feitos por jornalistas como Robert Park, cuja produção é analisada ainda no

Brasil como uma referência para as teorias do jornalismo. (MACHADO, 2005).

Antropologia e etnografia

A antropologia surge no bojo das chamadas Ciências Sociais, em meados do século XIX, e tem entre os seus fundadores Émile Durkheim (1858-1917) e seu sobrinho Marcel Mauss (1872-1950), que fornecem o quadro teórico que lhe faltava. À época, a sociologia tentava se firmar como área autônoma de conhecimento e os primeiros esboços do método sociológico de investigação foram descritos por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico*, publicado em 1894. A preocupação maior de Durkheim é “mostrar que existe uma especificidade do social, e que convém conseqüentemente emancipar a sociologia, ciência dos fenômenos sociais, dos outros discursos sobre o homem, em especial, do da psicologia” (LAPLANTINE, 2007, p. 88). Ou seja, a sociologia caminhava para a definição do método e objeto de estudo próprios.

Como disciplinas, sociologia e antropologia começam a se diferenciar nas concepções de Durkheim e nas de Mauss. Enquanto o criador do conceito de “fato social” pensava a antropologia como um ramo da sociologia, Mauss empenhava-se em demarcar o lugar da antropologia como uma “ciência verdadeira” e autônoma e não “como uma disciplina anexa” (LAPLANTINE, 2007, p. 90).

Qual seria a particularidade da antropologia em relação à sociologia? Diferencia-se pela questão do trabalho de campo com a aplicação do método etnográfico? No artigo Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino, publicado originalmente em 1954, Lévi-Strauss pontua que a antropologia é uma “ciência em devir, cuja autonomia ainda não é universalmente reconhecida (2008, p. 371), mas “a antropologia não se distingue das demais ciências humanas e sociais por um tema de estudo que lhe seja próprio” (2008, p. 369)

O que é, então, a antropologia? Por enquanto, digamos apenas que ela procede de uma certa concepção do mundo ou de um modo original de colocar questões, ambos descobertos por ocasião do estudo de fenômenos sociais que não são necessariamente mais simples (como se tende a crer) do que os que se apresentam na sociedade do observador, mas que – em razão das grandes diferenças que manifestam em relação a estes últimos – evidenciam certas propriedades gerais da vida social, que os antropólogos tomaram como objeto (2008, p. 369)

O “modo original de colocar questões”, salientado por Lévi-Strauss, aliado à especificidade do caso concreto e ao caráter universalista da sua manifestação “levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos e não, como propagam os estereótipos a respeito do seu empirismo, a um acúmulo de informações sobre situações bizarras” (PEIRANO, 1995, p. 19). O objetivo geral da antropologia, segundo Peirano, foi sempre o da “procura de uma visão alternativa, mais genuína talvez, da universalidade dos conceitos sociológicos (...) ela se propõe formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças” (1995, p. 16).

Nesse sentido, a abordagem antropológica provoca uma verdadeira revolução epistemológica, que começa por uma revolução do olhar: “ela implica em um descentramento radical, uma ruptura com a ideia de que existe um centro do mundo e, correlativamente, uma ampliação do saber” (LAPLANTINE, 2007, p. 22).

Inicialmente, os estudos antropológicos se desenvolveram num paradigma evolucionista, sem trabalho de campo, numa prática que se convencionou chamar de “antropologia de gabinete”, cujas pesquisas se pautavam em relatos de terceiros (viajantes, missionários e administradores de colônias), a partir de questionários, trocas de correspondência ou mesmo entrevistas com esses viajantes. São expo-

entes dessa vertente Lewis Morgan (1818-1881), Edward Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941).

Bronislaw Malinowski (1884 - 1942) mudou radicalmente esse paradigma e se transformou num marco na história da disciplina por ter sistematizado um arcabouço teórico sobre a etnografia, a partir de sua pesquisa de campo entre os trobriandeses na Melanésia, uma região da Oceania. Em “Argonautas do Pacífico Ocidental”, publicado em 1922, Malinowski “resumiu as condições necessárias para a pesquisa etnográfica em uma introdução à monografia que, por muito tempo, converteu-se em leitura obrigatória para estudantes” (PEIRANO, 2021, p. 381).

A principal contribuição de Malinowski para a antropologia foi introduzir a noção de “observação participante”, derivada da sua longa permanência em campo com os trobriandeses da Melanésia com o objetivo de alcançar o ponto de vista dos nativos. Em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, que completou 100 anos em 2022, Malinowski esmiúça todo o arcabouço teórico da concepção que desenvolveu sobre etnografia: “interessava uma perspectiva etnográfica e não sociológica, isto é, de dentro, e não de fora” (PEIRANO, 2021, p. 386).

Etnografia e observação participante são sinônimas? Segundo Lévi-Strauss, a etnografia corresponde aos primeiros estágios da investigação: observação e descrição, trabalho de campo (*fieldwork*):

a etnografia também inclui os métodos e técnicas relativos ao trabalho de campo, à classificação, à descrição e à análise de fenômenos culturais particulares (quer se trate de armas, instrumentos, crenças ou instituições). No caso de objetos materiais, tais operações costumam estender-se aos museus, que podem ser considerados, nesse sentido, como prolongamento do campo (2008, p. 378 e 379)

Apesar da definição de Lévi-Strauss se referir à etnografia como a etapa inicial, há um consenso entre os antropólogos de que ela é, na verdade, o resultado final de todo o processo de observação antropológica, ou seja, não se restringe às etapas descritivas iniciais. Clifford Geertz define a prática etnográfica como a capacidade de

estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa, tomando emprestado uma noção de Gilbert Ryle (2019, p. 4)

O esforço intelectual ao qual se refere Geertz consiste em estabelecer elos entre teoria e prática, que são inseparáveis na antropologia. Como diz Uriarte (2012), “o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria” e, portanto, é necessária haver uma formação teórica na área: “O prestígio da etnografia é tal que, até entre os antropólogos, ela se tornou a forma mais simples de definir a nossa disciplina. O método se tornou mais conhecido do que a própria disciplina que o engendrou” (2012).

A percepção de que a teoria norteia a atividade do jornalista também encontra respaldo no jornalismo: “experiências e observações não resultam apenas dos sentidos, de percepção (“basta abrir os olhos”), mas também de uma determinada perspectiva teórica” (SPONHOLZ, 2009, p.99)

Confluências e diferenças

O método etnográfico tem sido estudado e aplicado em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, particularmente no jornalismo, cuja atividade apresenta similaridades com a antropologia. Aquilo que acontece em algum lugar,

não importa em qual espaço (geográfico ou virtual) constitui a matéria-prima dessas duas disciplinas - que ganham força durante o nascimento das ciências sociais no século XIX.

Tanto o jornalismo quanto a antropologia partem do empirismo para construir formas particulares de produção de conhecimento. Ambas as áreas são questionadas quanto à validade científica do que produzem. A Associação Americana de Antropologia propôs a retirada do termo “ciência” de seus documentos oficiais (SODRÉ, 2014, p. 135). Como assinala Sodré, citando Michel Foucault sobre as contribuições da antropologia para os estudos da comunicação social, é “no quadro conceitual e metodologicamente largo da antropologia – e não no âmbito mais estreito da sociologia – que se desenham as sugestões de uma ciência da comunicação” (2014, p. 131).

Isabel Travancas (2002), que desenvolveu estudos de antropologia da comunicação, ressalta semelhanças entre as duas atividades. O papel de mediadores que desempenham é uma das características em comum. Essa aproximação acontece de forma mais radical com o surgimento da antropologia urbana, considerada um ramo tardio na antropologia (MAGNANI, 2012). Como lembra Travancas, jornalista é antes de tudo um habitante da cidade. A antropologia se dedicou durante muito tempo a pesquisar os “outros”, grupos de pequena escala, e passou a estudar as populações mais complexas, em larga escala, que vivem nas cidades. Estudando a própria comunidade - o bairro, o vizinho - o antropólogo mudou o olhar, transformando o “exótico em familiar” e o “familiar em exótico”, como destacou o antropólogo Roberto DaMatta (1978).

Há diferenças cruciais entre as atividades que podem ser agrupadas nas categorias diferença x diversidade; objetividade x subjetividade e permanência x transitório. Esta última permeada pela discussão do tempo do jornalista e o tempo do antropólogo.

Os antropólogos vão se defrontar constantemente com a questão da diferença, segundo Travancas, ao passo que o jornalista “experimentará no seu cotidiano a cidade como espaço da diversidade, do cruzamento de mundos e ‘tribos’ diferentes, desvendando territórios heterogêneos e construindo assim um mapa, para muitos habitantes desconhecido” (2002, p. 3).

Um outro ponto em comum é a discussão sobre objetividade e subjetividade. Estes dois conceitos estão em constante discussão nessas duas profissões. Ainda que a antropologia “afirme ter se afastado da ideia positivista de que a ciência tinha a obrigação de produzir um conhecimento ‘objetivo’, e aposte na subjetividade como instrumento de trabalho, de maneira alguma esta questão parece totalmente resolvida” (TRAVANCAS, 2002, p. 4)

Em relação ao jornalismo, a autora sublinha que a objetividade que junto com a clareza e a concisão sempre foram os princípios a serem seguidos perdeu o peso, mas não foi descartada. Travancas salienta, contudo, que o jornalismo poderá enriquecer-se se “for capaz de incorporar com rigor a ideia de subjetividade, não como uma ameaça, mas como um elemento importante que dará ao leitor uma visão mais complexa da realidade” (2002, p. 11).

Outro aspecto - mais ligado à área acadêmica - é que os jornalistas normalmente fazem pesquisa sobre a própria profissão: são pesquisadores e objetos do estudo. Segundo Lago (2010), as pesquisas em jornalismo que estabelecem um paralelo com a antropologia não atentam para o problema do distanciamento, que é uma das categorias antropológicas por excelência: “a discussão sobre a subjetividade do pesquisador, que é forte na antropologia, está ausente nesses estudos que relacionam as duas áreas” (2010, p. 58).

Há uma particularidade contrastante entre os dois campos, que não é citada pelas duas autoras. Diferentemente dos “fatos e acontecimentos jornalísticos”², que circulam na forma de notícias, os “fatos etnográficos não existem”, uma vez que

² Fato jornalístico empregado aqui não pretende levar em consideração as discussões filosóficas que envolvem o tema. Fato jornalístico é utilizado como acontecimento com base numa realidade objetiva. Para uma discussão aprofundada sobre esse assunto, cf. GOMES, 2009; SODRÉ, 2009.

torna-se necessário um esforço para reconstituir “os fatos invisíveis” por meio da “inferência construtiva” (MALINOWSKI, 1935, vol. 1, p. 317 apud GOLDMAN, 2003, p.456). Diferentemente de outras disciplinas das Ciências Sociais, antropólogos não têm hipóteses: estas são descobertas a partir da conjunção entre campo e teoria. No momento em que um fato etnográfico novo é revelado, “traz a promessa de uma contribuição para a teoria acumulada. A teoria antropológica não é rígida, não é estável, está sempre em mudança e será sempre revigorada por novas pesquisas etnográficas” (PEIRANO, 2022)³.

O jornalismo se define por uma relação estreita com o tempo, segundo Travancas (2002), ao passo que a antropologia busca categorias de permanência ao observar. Nesse sentido, estabelecer alguns paralelos entre o trabalho do jornalista e do antropólogo se esbarraria no problema das condições de trabalho jornalístico, nos objetivos que separam cada profissão e, principalmente, na discussão crucial do tempo. A comparação do trabalho de ambos é “enganosa”, segundo a crítica a essa aproximação, uma vez que, enquanto o antropólogo é um pensador com condições para propor os problemas epistemológicos de seu próprio trabalho, o jornalista seria

um homem de ação que deve produzir um discurso com as limitações do sistema produtivo no qual está inserido. Pois é claro que não se pode sugerir o ‘diálogo possível’ para uma atividade necessariamente marcada por um ritmo veloz, distinto do tempo lento da pesquisa”. (MORETZSOHN, 2007, p. 162)

³ Em aula inaugural virtual para o curso de pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na qual explanou sobre os *Cem anos de Argonautas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBg0gyvzOF0>. Acesso em 24/06/2022.

Ainda nessa perspectiva, as reportagens que investem nesse relato feito por dentro, a partir da experiência vivida, “costumam ter grande sucesso, mas constituem uma espécie de variação empobrecida da técnica da ‘observação participante’ comum a estudos etnográficos” (MORETZSOHN, 2007, p. 154). A aposta na vivência, segundo Moretzsohn, revelaria a simplificação corrente no trabalho jornalístico e (...) “frequentemente esgota-se na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são” (2007, p. 153).

A análise de Moretzsohn foca na discussão do tempo cronológico e cronométrico. Nas atividades de produção simbólica, contudo, os tempos são múltiplos. Ao aprofundar as discussões sobre o fato jornalístico, Sodré (2009) divide o tempo em duas categorias: o acontecimento e a experiência. A primeira está ligada aos critérios de produção da notícia, enquanto estratégia de narração do fato social, e a segunda associada à narratividade.

Outro ponto distinto entre as duas disciplinas diz respeito à relação com as fontes. O interesse público norteia a atividade jornalística e, nesse caso, torna-se necessário em algumas situações relevar informações que não estejam nas intenções do entrevistado. Os jornalistas são comprometidos com a ideia de que sua lealdade final é com os leitores:

(...) se tiver de reter o que sabemos ser verdade para proteger os sujeitos, omitindo dos leitores, não o retemos. Como jornalistas, costumamos citar nomes, ao contrário dos etnógrafos que escondem a identidade de seus sujeitos supostamente para protegê-los. Usamos nomes reais porque acreditamos que confere autenticidade às nossas histórias e porque a veracidade e precisão podem ser checadas, algo que é impossível com a maioria dos relatos etnográficos. (HARRINGTON, 2003, p. 100, a tradução é própria)

O jornalismo tende a personificar e individualizar ao reportar os fatos. O inóólito tem mais peso para virar notícia. Genro Filho (1987) destaca a “singularidade” como característica essencial ao tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo, que não é o mesmo da ciência, que apresenta categorias lógicas universais, mas tampouco é gerado pelo senso comum: “o singular é efêmero” e “apresenta

uma dimensão objetiva que diferencia o jornalismo da arte” (1987, p. 64 e 66).

Meditisch⁴ salienta que o jornalismo não revela mais nem menos a realidade do que a ciência, mas opera isso de forma diferente. A atividade pode mostrar inclusive aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar, sobretudo, porque a singularidade não interessa à ciência. “O jornalismo se importa exatamente com o que a ciência ignorou” (SPONHOLZ, 2009, p. 110).

A falta de transparência dos condicionantes da produção jornalística, a velocidade da produção e a espetacularização ao narrar os acontecimentos, na busca por mais público, estariam entre os fatores problemáticos no jornalismo como produtor de conhecimento, segundo Meditsch (1997). Em raras situações, o leitor será informado sobre os critérios de decisão que nortearam a equipe de jornalistas, bem como não saberá o que foi omitido ou privilegiado na produção de um material.

Em mais de 70 pesquisas consultadas nas plataformas do CNPq, Capes, e também nos arquivos disponíveis da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), além de teses e artigos acadêmicos em periódicos associados aos programas de universidades brasileiras, há alguns equívocos nos estudos que relacionam jornalismo e etnografia.

O primeiro dos problemas virou um vício nos estudos que associam as duas disciplinas. Com raras exceções, as pesquisas recorrem à definição-síntese de Clifford Geertz, já mencionada anteriormente, segundo a qual etnografia é uma “descrição densa”. A expressão virou um lugar-comum, reforçando simplificações e reducionismos sobre o assunto. O próprio Geertz alerta que as técnicas e os processos determinados não explicam a etnografia. O que a designa é um “tipo de esforço intelectual” (2019, p. 4).

Geertz contextualiza a expressão do filósofo britânico Gilbert Ryle e exemplifica o conceito de etnografia, a partir da cena de dois garotos que piscam o olho direito. Num deles, a ação é um tique involuntário; no outro, a piscadela representa uma conspiração a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos. Entre a descrição superficial (o tique nervoso) e a descrição densa (o piscar como farsa) está o objeto da etnografia: “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados (...) como categoria cultural” (2019, p. 4).

As simplificações do termo “descrição densa” reduzem a etnografia à ideia de descritivismo⁵. Etnografar consiste em estabelecer eixos de observação e relações entre os achados aparentemente dispersos. Não pode ser confundida apenas como uma técnica, uma vez que pode servir-se de várias delas, e se adaptar às circunstâncias de cada pesquisa. Etnografia é “antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos (...) e tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo” (MAGNANI, 2002, p.17). Não é algo que se faz espontaneamente e

meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica (...) as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (...) mas também e principalmente para universalizar-los (PEIRANO, 1995, p. 16)

A preocupação com o excesso de detalhes (de cenas, pessoas e fatos) induz à instrumentalização do método etnográfico:

as pesquisas em jornalismo, quando interagem com a antropologia, o fazem principalmente visando uma aplicação quase que mecânica do método – perdendo com isso o olhar

⁴ Além do livro *Conhecimento do Jornalismo* (1992), as ideias do autor utilizadas aqui estão condensadas em artigos e numa conferência proferida em 1997, disponível na biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 04/02/2022.

⁵ O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* define a etnografia como (1) “o registro descritivo da cultura material de um povo” e (2) “estudo descritivo das diversas etnias”, reforçando, portanto, a ideia de descrição. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 1272.

disciplinado pela antropologia, fundamentalmente marcado pela suspeição em relação à própria pesquisa (LAGO, 2010, p. 55)

A autora salienta inclusive que as pesquisas que estabelecem o encontro entre as duas disciplinas são marcadas mais “por faltas” do que “pelas presenças”: há uma “ausência reflexiva sobre o método antropológico por excelência, a observação participante, quando este em si é incorporado” (2010, p. 55).

Embora Lago aborde outros aspectos da observação participante – como a discussão da “subjatividade do pesquisador” –, para muitos antropólogos, a exemplo de Malinowski, a observação participante é apenas um dos elementos do processo etnográfico. Ou seja, há mais do que observação participante na etnografia (SANTOS, 2021), o que reforça a convicção, entre os antropólogos, de que a etnografia é resultado final de todo o processo de coleta e análise.

A observação participante é um modo antropológico de trabalhar, assegura Tim Ingold, não um método para coletar dados etnográficos. Para a antropologia, contudo, esse envolvimento, o de estar lá, é essencial porque “na antropologia, a observação não se dá pela objetivação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos com as pessoas, ao invés de fazer estudos sobre elas” (2019, p.12).

Outro termo usado de forma generalizada nos estudos que relacionam jornalismo e etnografia é “trabalho de campo”, empregado como sinônimo do método etnográfico. O trabalho de campo não é uma invenção da antropologia, muito menos é exclusividade dela, e pesquisadores de diversas áreas (a exemplo de geógrafos, arqueólogos, cientistas sociais, entre outros) realizam trabalhos em campo para testar teorias a partir de dados empíricos (URIARTE, 2012). Mas ao advogar um “trabalho de campo intensivo” foi necessário um esforço para diferenciar o tipo de conhecimento antropológico produzido com este método daquele adquirido por outras áreas.

Contextos sociais

Os pontos levantados suscitam uma questão não exposta até agora: por que estudar etnografia no jornalismo? Os métodos e abordagens antropológicas podem enriquecer a atividade jornalística, segundo a antropóloga Elizabeth Bird.

No artigo *The journalist as ethnographer? how anthropology can enrich journalistic practice*, publicado originalmente em 1987, mas atualizado em 2005, Bird aponta a interpretação cultural como um princípio central e unificador de todo trabalho etnográfico que poderia fomentar uma apreciação de novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a abordagem fragmentária e compartimentada no jornalismo (2005, p. 302, em tradução própria).

Um dos pontos centrais apontados pela pesquisadora é a relação que o jornalista estabelece com as fontes, tratadas em grande parte nas abordagens como objetos quantificáveis - e não como sujeitos. Bird salienta as diferenças das relações com as fontes entre antropólogos e pesquisadores de outras áreas das ciências sociais e também em relação ao jornalismo. Um dos pontos que levanta é a forma como os jornalistas conduzem as entrevistas. A entrevista é tão importante na antropologia quanto no jornalismo, mas a postura do etnógrafo tende a ser diferente das demais ciências sociais. O etnógrafo encara o entrevistado como fonte e sujeito da pesquisa. Mas para o jornalista, adverte Bird, “a fonte é separada da personalidade do indivíduo e vista, muitas vezes, como um representante, uma unidade que fala por outras unidades semelhantes, e não como um indivíduo” (2005, p. 302, em tradução própria).

No artigo *What journalism can offer ethnography*, publicado na revista *Qualitative Inquiry*, Walt Harrington empenha-se na análise dessa relação entre et-

nografia e jornalismo por um caminho inverso e elenca as virtudes da atividade jornalística que poderiam ser incorporadas à etnografia. Concisão, clareza, objetividade e simplicidade na linguagem se inserem entre as qualidades dos jornalistas. Harrington reconhece, contudo, que a fraqueza das abordagens reside no fato de que os jornalistas “raramente inserem tão bem os indivíduos que capturam em um contexto cultural”. (2003, p. 10, em tradução própria).

A etnografia pode oferecer elementos para a atividade jornalística na compreensão de contextos sociais, principalmente na produção de reportagens, modalidade que permite uma maior profundidade nas abordagens. As entrevistas, as formas de captação de dados e as abordagens no jornalismo são muito padronizadas. A instrumentalização de técnicas tem sido a tônica. Aprender a extrair informações a partir do que se observa e vivencia é um terreno movediço, mas igualmente fértil. O que o saber antropológico ensina é que não existem fórmulas nem receitas. É exatamente o caráter incompleto do trabalho que mantém a força permanente de se estabelecer novas perguntas para os mesmos problemas.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

BIRD, S. Elizabeth. The journalist as ethnographer? how anthropology can enrich journalistic practice. *In: Media Anthropology*, ed. E.Rothenbuhler and M.Coman. Florida (EUA): 2005, p. 301-308. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319968557_The_journalist_as_ethnographer_How_anthropology_can_enrich_journalistic_practice. Acesso em: 05 abr. 2020.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, Eugênio. “Qualquer relato factual pode ser chamado de jornalismo? – implicações no conceito (ou da ausência de um conceito) na prática e no ensino da profissão”. Palestra proferida em 20/04/2016 no Grupo de pesquisa “Jornalismo, Direito e Liberdade” (JDL). Disponível em: <https://jdlusp.files.wordpress.com/2017/01/conceito-de-jornalismo-no-grupo-jdl-abril-2016.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, Fatos e Interesses**. Ensaios de teoria do Jornalismo. Florianópolis, Editora Insular, 2009.

DAMATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo ou Como ter Anthropological blues. *In: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 1974. Disponível em: <https://agnesufop.files.wordpress.com/2017/09/o-ofc3adacio-de-etnc3b3logo-ou-como-ter-antropological-blues-roberto-damatta.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DOWNIE Jr, Leonard; SCHUDSON, Michael. The Reconstruction of American Journalism. *In: Columbia Journalism Review*. University of Columbia, New York City, 2009. Disponível em: https://archives.cjr.org/reconstruction/the_reconstruction_of_american.php. Acesso em: 15 fev. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. In: **Revista de Antropologia**, v.46, nº2, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27171/28943>. Acesso em: 01 jun. 2022.

HARRINGTON, Walt. What journalism can offer ethnography. In: **Qualitative Inquiry**. Texas A&M University, Texas, v.9, n. 1, 2003, p. 90-104. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800402239342>. Acesso em: 22 fev. 2022.

HOHLFELDT, Antonio. Cinquentenário de publicação de Iniciação à filosofia do Jornalismo, de Luiz Beltrão. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul./dez. 2010, p. 27-39). Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/cinquentenario-iniciaao-a-filosofia-do-jornalismo-beltrao-28556e51lm8x>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.

LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia.. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, v. 1, p. 48-66. Acesso em: 04 fev. 2022.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, nº 1, 2005, p. 23 a 34. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MAGNANI, José Guilherme C. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.17 nº 49, junho de 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002#tx11. Acesso em: 12 abr. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em antropologia Urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Coral Gardens and their Magic**, London: George Allen & Unwin, 1935.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. “O jornalismo é uma forma de conhecimento?”. Conferência realizada em. 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos. *In: Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. Portugal: Porto Editora, 2005.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, p. 377-391.

PEIRANO, Mariza. Argonautas, cem anos depois. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 27, n. 61, p. 379-403, set./dez. 2021, p. 379-403. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/KNfRDFZRwBpSCM87vYMLKQM/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ROSENSTIEL, Tom. Why we need a better conversation about the future of journalism education. St. Petersburg, Florida (USA): **The Poynter Institute**, 2013. Disponível em: <https://www.poynter.org/reporting-editing/2013/why-we-need-a-better-conversation-about-the-future-of-journalism-education/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, Augusto Ventura dos. Etnografia é observação participante? Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. **Revista Ponto Urbe**. v.28, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10089>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** (Vol. 1): por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRAVANCAS, I. S. **Jornalistas e antropólogos: semelhanças e distinções da prática profissional**. Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação (Intercom), Salvador/BA, 03/09/2002. Disponível em: https://www.academia.edu/24033061/Jornalistas_e_Antrop%C3%B3logos_Semelhan%C3%A7as_e_Distin%C3%A7%C3%B5es_Da_Pr%C3%A1tica_PROFISIONAL1. Acesso em: 16 set. 2022

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Revista Ponto Urbe**, nº 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em: 20 abr. 2022

VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na Cidade: Ensaios de Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.